



# OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



## Ficha país:

**C** **o** **S** **t** **a** **R** **i** **c** **A**

**Ano 2022**

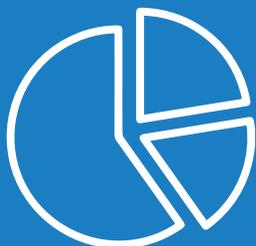
## Panorama demográfico, socioeconômico e trabalhista



**Extensão territorial:**  
51.179 km<sup>2</sup>



**População (censo 2011)<sup>1</sup>:**  
4.301.712  
**População estimada 2022:**  
5.213.362 personas.



**Composição da população (censo 2011):** 49% homens (2'106.063); 51% mulheres (2'195.649). Por autoidentificação étnica, 83,6% da população é branca ou mestiça; 6,7% mulata; 2,4% indígena; 1% negra ou afrodescendente; 0,2% chinesa; e 5,9% de outra etnia ou não declarada. .

**Producto Interno Bruto (PIB) 2021:** 64.423 milhões de dólares<sup>2</sup>

### **PIB 2022:**

o Banco Central da Costa Rica projeta um crescimento de 4,3% ao finalizar o ano.



**População Economicamente Ativa (agosto 2022):** 2.484.855 pessoas.

<sup>1</sup>La información contenida en esta sección ha sido generada a partir de los registros más recientes obtenidos del Instituto Nacional de Estadística y Censos de Costa Rica (INEC).

<sup>2</sup> <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=cri&lang=es>



### **Emprego (terceiro trimestre de 2022):**

a taxa de ocupação foi de 53,3% (2.187.884 pessoas);  
1.352.739 homens (61,8%) e 835.145 mulheres (38,2%).



### **Desemprego (3º trimestre de 2022):**

a taxa de desemprego foi de 12% (296.971 pessoas);  
131.477 homens (44,3%) e 65.494 mulheres (55,7%).



### **Informalidade: (terceiro trimestre de 2022):**

42,5% da população ocupada (930.797  
pessoas); 555.694 homens (59,7%) e 375.103 mulheres  
(40,3%).



### **População inativa (terceiro trimestre de 2022):**

1.622.762 pessoas; 574.126 homens  
(35,4%) e 1.048.63 mulheres (64,6%).



**Pobreza:** em julho de 2022, 25,5% da  
população era pobre (1.329.757 pessoas) e  
destes 7,6% viviam em extrema pobreza  
(393.385 pessoas).

### Principais destaques da conjuntura de 2022

Em abril foi realizado o segundo turno das eleições presidenciais, nas quais o ex-ministro das finanças e ex-funcionário do Banco Mundial Rodrigo Chaves, do partido de direita Progresso Social Democrático, foi eleito presidente. Os resultados geraram controvérsia, pois Chaves foi denunciado e sancionado por assediar duas de suas funcionárias no Banco Mundial entre 2008 e 2013; na época, o presidente eleito se defendeu dizendo que eram simplesmente piadas que foram mal interpretadas devido a diferenças culturais.

A presidência de Chaves lidera uma política econômica de cortes nos gastos públicos e aprofunda os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em seus primeiros 100 dias no cargo, apresentou um projeto de lei para privatizar o Banco Central da Costa Rica (BCCR), uma das empresas bancárias mais sólidas do país e da região da América Central, argumentando

que sua venda ajudaria a pagar a dívida externa. Os setores que se opõem à proposta apontam que, mesmo que os números de lucro apresentados pelo governo sejam verdadeiros, a venda do banco representaria apenas uma proporção muito pequena do montante total da dívida pública, que é estimada em 70% do PIB, por isso consideram que a medida não é favorável e que, ao contrário, responde a mecanismos de privatização do Estado.

Outra medida tem causado controvérsia é a exigência por parte do governo para que a Assembleia Legislativa aprove a emissão de títulos de dívida com o FMI. A iniciativa apresentada pelo governo propõe duas emissões de 6 bilhões de dólares em títulos de dívida ou Eurobônus e um pedido adicional de 2 bilhões de dólares em créditos; se aprovada, isto aumentaria a dívida do país em 14 bilhões de dólares.

O presidente Rodrigo Chaves advertiu que se o pedido não for aprovado no parlamento, a Costa Rica cairá em uma crise econômica e democrática. A discussão ainda

está em curso no parlamento e algumas das reservas sobre sua aprovação estão relacionadas à incerteza causada pelo colapso dos Eurobônus, que diariamente estão se desvalorizando no mercado internacional, o que significaria uma dívida mais cara no momento do pagamento.

Em seus discursos presidenciais, Chaves declarou abertamente que as soluções econômicas do país são reduzir os gastos públicos (embora ele tenha aumentado os salários de 60 ministros e vice-ministros de sua confiança), cortar o orçamento do Fundo Especial para o Ensino Superior (FEES), vender empresas públicas, entre outras medidas de privatização.

### **Ações sindicais e de outros setores sociais**

O movimento sindical na Costa Rica denunciou a ofensiva ideológica e política contra o Instituto Nacional de Seguros (INS) por parte de diversos grupos financeiros. No contexto da ação relacionada com a dimensão social do

sindicalismo, diferentes vozes dos trabalhadores/as reivindicaram a necessidade de manter o INS como propriedade pública estatal, por ser uma instituição estratégica para a sobrevivência e a **seguridade social** da população trabalhadora assalariada, que vem sendo empobrecida durante os últimos governos. As denúncias foram apresentadas em resposta à proposta do presidente de privatizar 49% da instituição; no primeiro momento o presidente disse que o dinheiro obtido com a privatização seria usado para pagar a dívida pública e, em uma segunda ocasião, afirmou que seria usado para a construção de infraestrutura viária. O movimento tem convocado a todas as organizações sociais a se prepararem articuladamente para enfrentar, por meio da mobilização pacífica e legítima, a venda de patrimônio público.

Mais de 400 organizações sociais fizeram uma petição ao governo para que parasse de desacreditar o Fundo de Previdência Social da Costa Rica (CCSS), por considerar que se trata de uma estratégia de privatização: fazer acreditar

que a entidade pública está falida fornece argumentos para que seja vendida a um preço baixo. Por outro lado, as universidades públicas do país convocaram uma mobilização massiva no mês de agosto, após o anúncio do governo de um corte de US\$129 bilhões no orçamento do ensino superior. Depois das manifestações, o governo foi forçado a desistir de reduzir o orçamento do FEES (Fundo Especial para o Ensino Superior) e se comprometeu a discutir um aumento no orçamento como reajuste para a inflação.

Na mesma linha de denúncia, o sindicalismo costarriquenho alertou sobre as intenções de vender o Banco de Costa Rica (BCR), no que consideram uma nova tentativa de negociação com o FMI. O movimento dos/as trabalhadores/as manifestou sua posição contra qualquer projeto de venda total ou parcial de instituições estatais. Além disso, repudiou a intenção do Presidente Rodrigo Chávez de colocar em dúvida a honestidade dos/as empregados/as do Banco, através de declarações

que indicam que no BCR há corrupção e ingovernabilidade. Embora o governo tenha negado a possibilidade de demissões como resultado da venda, os/as trabalhadores/as afirmam que esta manifestação de boas intenções não garante que a nova empresa proprietária do Banco não demitirá o pessoal que trabalha atualmente no local, utilizando os mecanismos legais estatais para a demissão de trabalhadores/as.

Na dimensão ambiental e nas lutas pela defesa da **água**, os movimentos sindicais e ambientais denunciaram a contaminação de aquíferos de Nueva Asada, em Cartago, pelo pesticida clorotalonil. Inclusive o Ministério da Saúde e o Instituto Costarriquenho de Aquedutos e Esgotos emitiram ordens de alerta sanitária para que os moradores da área não utilizem a água para consumo humano, preparação de alimentos e atividades de higiene. Organizações ambientais em coordenação com o movimento dos/as trabalhadores/as denunciaram os efeitos que a população de Cipreses de Oreamuno, Cartago,

vem sofrendo há vários anos devido à contaminação das fontes de água com este agrotóxico, e conclamaram o governo da República, os Conselhos Municipais e a União de Governos Locais a proibir o uso de clorotalonil na Costa Rica.

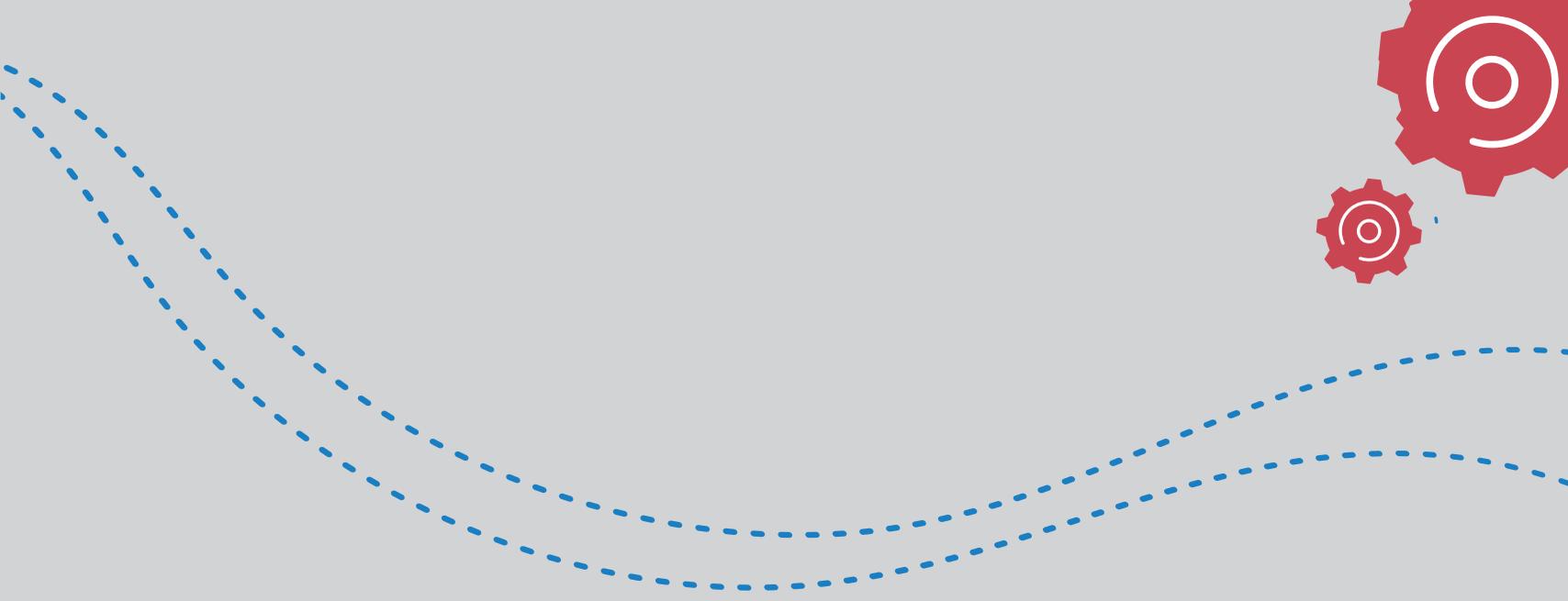
Os sindicatos rejeitaram a eliminação do imposto sobre a palma que está sendo contemplado pela Assembleia Legislativa através do Projeto de Lei nº 22408, denominado *Lei de Apoio aos Produtores de Palma do Cantão de Corredores*, por considerar que afetaria drasticamente os cofres municipais e os projetos sociais e econômicos que são desenvolvidos com o dinheiro arrecadado com este imposto.

Segundo a informação do orçamento do Município de Corredores, nos últimos anos, com este imposto, foram arrecadados 1.395 milhões de colones, dos quais 139,5 milhões de colones retornaram aos contribuintes através do Centro Agrícola Cantonal, e através de bolsas de estudo para os/as próprios/as

filhos/as dos/as produtores/as de palma. A eliminação do imposto resultaria na demissão de até 50% do pessoal municipal, pois não poderiam ser pagos os encargos sociais e salários; não poderiam ser cumpridas obrigações financeiras previamente contraídas com empréstimos bancários para obras públicas; deterioraria a população de estudantes bolsistas; afetaria as finanças do Centro Agrícola Cantonal, entre outras consequências negativas. Diante da aprovação da Lei de Emprego Público pelo governo anterior, os sindicatos expressaram sua total rejeição, considerando-a precária, antidemocrática e arbitrária para as relações de trabalho. Da mesma forma, diante da proposta do governo de Rodrigo Chaves de aumentar a jornada de trabalho para 12 horas, os sindicatos denunciaram a imposição de uma política antioperária e a legalização da precarização do trabalho, ameaças graves às condições da classe trabalhadora em seu conjunto. Portanto, o movimento sindical, nas dimensões trabalhista e econômica de suas ações apresentou uma série de propostas

sobre **políticas e promoção do emprego** a serem discutidas com o executivo, entre as quais estão uma jornada de trabalho de seis horas sem reduções salariais, um aumento salarial de acordo com o preço da cesta básica, evitar cortes nos gastos públicos, evitar a precarização e o aumento da informalidade, e contratos coletivos de trabalho e contratação permanente. O movimento dos/as trabalhadores/as também considera a necessidade de

articular, juntamente com outros setores sociais, uma campanha contra possíveis empréstimos com o FMI e contra a renegociação da dívida, pela auditoria da dívida externa, e de utilizar recursos públicos para enfrentar as consequências da crise econômica e atender às necessidades mais urgentes da maioria da população, e para a concessão de créditos a juros baixos às pequenas e médias empresas.



# Apoia

